

Organizações portuguesas e espanholas exigem cidadania plena para pessoas com deficiência intelectual nas eleições europeias

- FENACERCI e Plena inclusión, estruturas de cúpula na área da deficiência em Portugal e Espanha, apresentam, em véspera de eleições para o Parlamento Europeu, 10 reivindicações para derrubar as barreiras que limitam direitos a centenas de milhares de pessoas com deficiência intelectual na Península Ibérica.
- Em matérias como educação, emprego, violência de género, acesso à justiça ou autonomia, a UE ainda tem muito a mudar se quiser acabar com as diferenças que fazem destas pessoas cidadãos de segunda classe

Lisboa, 6 de junho de 2024 - O movimento associativo que apoia as pessoas com deficiência intelectual e as suas famílias na Península Ibérica exige mais direitos e menos desigualdades nas eleições europeias deste domingo. A FENACERCI – Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social e a Plena Inclusión Espanha uniram as suas reivindicações para reclamar, a uma só voz junto da União Europeia, um maior compromisso no caminho para a cidadania plena de centenas de milhares de pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento que vivem em ambos os países.

A primeira barreira para estas pessoas é o direito de voto. De acordo com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, não terão votado mais do que 800.000 pessoas com deficiência (maioritariamente pessoas sob tutela) nas eleições de 2019 para o Parlamento Europeu, enquanto o número de pessoas com deficiência está estimado em cerca de 87 milhões. Não se deve esquecer que sete países da UE ainda restringem o direito de voto destas pessoas.

“As nossas petições visam sensibilizar as instituições da UE para a desigualdade que as pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento vivem diariamente em toda a UE, pois são as mais vulneráveis socialmente”, afirma Carmen Laucirica, presidente da Plena Inclusión Espanha. “Podemos dizer que o nosso país é um modelo no continente, se olharmos para os progressos efetuados nos últimos anos. No entanto, esta afirmação não nos impede de dizer que ainda há um longo caminho a percorrer”, acrescenta Laucirica.

Para a FENACERCI, “trata-se de uma questão de direitos e do seu cumprimento, uma exigência a que a Europa deve responder de imediato”, sublinha a presidente Julieta Sanches.

Entre as 10 exigências apresentadas no documento conjunto, destacamos cinco:

- **Participação** das próprias pessoas com deficiência mental na comissão do Parlamento Europeu que promove a Agenda Europeia da Deficiência.
- Promover a extensão, aos 27 países membros, de **serviços de apoio à primeira infância** para crianças com deficiência mental.
- Estabelecer uma **quota de reserva de emprego nas instituições europeias** para promover a sua contratação. Em Espanha, já existe uma subquota de 2% para pessoas com deficiência intelectual. Em Portugal, a quota varia entre 1% para empresas dos setores público e privado acima de 75 colaboradores, e 2% para empresas com mais de 100 trabalhadores.
- Desenvolver uma **Estratégia Europeia de Desinstitucionalização** que promova a vida em comunidade para as pessoas com deficiência intelectual.
- Alargar as medidas de promoção do **ensino inclusivo** a todos os estudantes com deficiência.